

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Confiança no Congresso

Com a reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional, para cumprimento do segundo período da atual sessão legislativa, elenco considerável de questões políticas, há tempos pendentes de solução, exige deliberação urgente. Entre os problemas conjunturais se encontram o reajuste do funcionalismo público, civil e militar, e a instituição de nova política salarial. São duas matérias colocadas na ordem do dia para exame e decisão, às quais o interesse público assinou prazos compatíveis com a grandeza das necessidades que visa a suprir. Não há mais justificativas para qualquer delonga.

Já reduzidos a limites insuportáveis, os vencimentos dos servidores voltaram aos tetos de abril, em consequência da rejeição da Medida Provisória 296 pelo Congresso. Assim, a decisão sobre o projeto de lei enviado pelo Executivo para recompor a situação, por meio de reajuste com base nos valores pagos no mês de julho, não poderá sofrer qualquer manobra prócrastinadora, sob pena de causar danos irreparáveis aos minguados orçamentos domésticos da categoria. Compromissos vencidos e não pagos e os efeitos de uma inflação em torno de dez por cento ao mês causarão sacrifícios irremediáveis, caso os salários não sejam honrados com o reajuste e em prazo hábil.

Quanto à política salarial, é visível a necessidade de implementá-la com a maior urgência possível. Sem regras es-

pecíficas para orientar as empresas e os trabalhadores, em matéria vital para o processo produtivo e o apaziguamento das relações trabalhistas, criar-se-á atmosfera de perplexidade e balbúrdia, dentro da qual por certo não será possível evitar a radicalização do movimento grevista.

Mas o Congresso Nacional enfrentará semelhante pauta de trabalho em regime de atendimento deliberativo de caráter conjuntural. Restar-lhe-á agenda extensa de problemas políticos, sociais e econômicos já postos em linha de prioridade por evidentes exigências do estado carencial do País. Entram em tal ordem de consideração iniciativas destinadas a regulamentar o texto constitucional, sem as quais algumas questões essenciais permanecerão sem solução.

Além disso, o Poder Legislativo tem pela frente a tarefa primordial de oferecer à coletividade política o testemunho de sua ação contra episódios que poderão levá-lo ao descrédito popular. O envolvimento de membros do corpo legislativo em condutas delituosas, de que é exemplo o escândalo do narcotráfico, requer providências enérgicas para não permitir qualquer arranhão ao princípio moral do decoro parlamentar. A Nação, animada pelo desempenho da legislatura iniciada este ano, confia plenamente em que o Congresso honrará os seus compromissos com o povo.